

Direito do Consumidor

Legislação Federal

Atualizada em 04.04.2011

Legislação	Ementa
<u>Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010</u>	Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.
<u>Lei nº 12.039, de 1º de outubro de 2009.</u>	Inclui dispositivo na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que constem, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço.
<u>Lei nº 11.800, de 29 de outubro de 2008</u>	Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de suas solicitações.
<u>Lei nº 11.785, de 22 de setembro de 2008</u>	Altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC, para definir tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão.

Legislação Estadual

Legislação	Ementa
<u>Lei Estadual nº 5934, de 29 de março de 2011</u>	Dispõe sobre a possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia.
<u>Lei Estadual nº 5911, de 03 de março de 2011</u>	Altera a Lei nº 3669, de 21 de junho de 2001.
<u>Lei Estadual nº 5910, de 03 de março de 2011</u>	Acrescenta o artigo 2º na Lei nº 4374, de 15 de julho de 2004.
<u>Lei Estadual nº 5882, de 14 de janeiro de 2011</u>	Acrescenta artigo à Lei nº 5322, de 18 de novembro de 2008.
<u>Lei Estadual nº 5862, de 06 de janeiro de 2011</u>	Dispõe sobre medidas adotadas nos estacionamentos e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5849, de 28 de dezembro de 2010</u>	Obriga as administradoras de cartões de crédito a informar o que especifica e dá outras providências.

<u>Lei Estadual nº 5834, de 03 de novembro de 2010</u>	Altera a Lei nº 3450, de 25 de agosto de 2000, modificando o parágrafo único do artigo 1º na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 5738, de 07 de junho de 2010</u>	Dispõe sobre a criação da autarquia de proteção e defesa do consumidor do estado do Rio de Janeiro – PROCON– RJ.
<u>Lei Estadual nº 5725, de 19 de maio de 2010</u>	Obriga a afixação de números de telefone para avaliação de motoristas e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5660, de 18 de março de 2010</u>	Torna obrigatória, para todos os restaurantes, lanchonetes e congêneres, a afixação de cartazes com o número do telefone do “Disque Segurança Alimentar – ALERJ”.
Contratos	
<u>Lei n.º 5.190, de 14 de janeiro de 2008</u>	Dispõe sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei n.º 5.189, de 14 de janeiro de 2008</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o consumidor ter acesso ao contrato de adesão 24 horas antes da assinatura, e dá outras providencias.
Shopping Center	
<u>Lei n.º 5.151, de 10 de dezembro de 2007</u>	Obriga os shopping centers a disponibilizarem espaço para a implantação de Postos do PROCON.
Telefonia	
<u>Lei n.º 4.908, de 28 de novembro de 2006</u>	Dispõe sobre as normas de desativamento de linha telefônica celular.

Legislação	Ementa
<u>Lei n.º 4.711, de 23 de janeiro de 2006</u>	Altera a Lei nº 4.083/03, que determina a colocação de contadores de pulso em cada ponto de consumo no endereço que estiverem instaladas.
<u>Lei n.º 4.669, de 20 de dezembro de 2005</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar nas contas telefônicas as ligações destinadas a linhas fixas, e dá outras providências.
Cartão de crédito	
<u>Lei Estadual nº 5849, de 28 de dezembro de 2010</u>	Obriga as administradoras de cartões de crédito a informar o que especifica e dá outras providências.

<u>Lei n° 5827, de 21 de setembro de 2010</u>	Modifica a redação do art.1° da Lei n° 4128, de 16 de julho de 2003 (<i>Ficam as empresas que operam com cartões de crédito obrigadas a dar informação de quitação ou débito existente...</i>)
<u>Lei n.º 4.671, de 20 de dezembro de 2005</u>	Obriga as instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito a informarem o valor das taxas de serviços cobradas aos consumidores antes da efetivação do serviço.
<u>Lei n.º 4.670, de 20 de dezembro de 2005</u>	Proíbe a suspensão ou limitação do uso de cartões de débito em razão do horário e/ou valor, sem prévia comunicação ao consumidor.
Concessionárias	
<u>Lei Estadual n° 5739, de 07 de junho de 2010</u>	Dispõe sobre a abertura e utilização de cadastro, ficha, registro de dados pessoais e de consumo por concessionárias de serviço público, estabelecimentos comerciais e empresas de telemarketing.
<u>Lei n° 5649, de 04 de março de 2010</u>	Acrescenta artigo à Lei 3243, de 6 de setembro de 1999.
<u>Lei n° 5.649, de 04 de março de 2010.</u>	Acrescenta artigo à lei 3243, de 6 de setembro de 1999.
<u>Lei n.º 4.956, de 20 de dezembro de 2006</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de unidade de tratamento de águas servidas em prédios de apartamentos e dá outras providências.
<u>Lei n.º 4.910, de 28 de novembro de 2006</u>	Proíbe a obrigatoriedade da adoção do sistema pré-pago para o fornecimento de água, energia elétrica e gás no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei n.º 4.901, de 08 de novembro de 2006</u>	Disciplina a instalação de medidores diversos, na forma que menciona.
<u>Lei n.º 4.898, de 08 de novembro de 2006</u>	Determina a transferência das contas de água, gás e energia elétrica para o nome do locatário do imóvel.
<u>Lei n° 3.243, de 06 de setembro de 1999.</u>	Impede que concessionárias de serviços públicos interrompam o fornecimento do bem ou do serviço sem aviso prévio ao consumidor
Saúde	
<u>Lei n.º 4.672, de 20 de dezembro de 2005</u>	Dispõe sobre a proibição de exigência de doadores de sangue para realização de procedimentos médicos pelos hospitais públicos estaduais no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei n.º 4.662, de 14 de dezembro de 2005</u>	Proíbe estabelecimentos prestadores de serviços médicos, dentários e afins, de exigirem comprovantes de pagamentos relativos a

planos e seguros de saúde e dá outras providências.

Crédito

Lei n.º 4.643, de 17 de novembro de 2005

Dispõe sobre as normas para divulgação das taxas de juros do comércio nas vendas a prazo e o crédito direto ao consumidor.